

Brasil é o 3º mais violento do mundo

Informação é do secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, com base em dados do BID

O secretário Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori, citou ontem dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para mostrar que o Brasil é o terceiro país mais violento do mundo. Em um ano, 1996, foram registrados 100 mil assassinatos no país. Os dados do BID colocam apenas a Colômbia e El Salvador em situação pior do que a do Brasil. Gregori enfrentou, na 2ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, críticas ao Programa Nacional dos Direitos Humanos. Mesmo reconhecendo avanços nessa área, as entidades apontam ações básicas que não foram implementadas.

Uma das avaliações mais duras partiu do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Conanda). Segundo o relatório, não foi implementado apoio sócio-familiar, não houve empenho para a garantia da alteração necessária na legislação, faltou articulação entre as campanhas contra a exploração sexual, e não houve avanços nas políticas de adoções.

O secretário de Direitos Humanos justificou que, embora o quadro ainda seja desfavorável, já existem resultados práticos na área de direitos humanos, citando a aprovação da lei que tipifica o crime de tortura, a lei que restringe o porte de armas e o reconhecimento dos desaparecidos políticos. "O governo não está agindo apenas no campo da retórica", defendeu José Gregori. Segundo o secretário, a questão

dos direitos humanos não envolve apenas uma ação de governo, mas uma mudança de mentalidade da própria sociedade. "As pessoas estão readquirindo a capacidade de indignar-se", afirmou o secretário.

Um relatório apresentado pelo Núcleo de Estudos e Violência da Universidade de São Paulo mostra que um ano após a implantação da Política Nacional de Direitos Humanos, das sete medidas propostas para a implementação e monitoramento do programa, somente uma foi colocada em prática, e mesmo assim parcialmente: a criação da Secretaria de Direitos Humanos.

Entre as medidas que o governo deixou de cumprir, são citadas a criação de um serviço civil para jovens, a elaboração de um manual de direitos humanos, campanhas publicitárias para motivar a população e a apresentação de relatórios quadrimestrais pelo ministério da Justiça ao presidente da República. Mesmo com as críticas, os dirigentes do núcleo, Paulo Sérgio Pinheiro e Paulo de Mesquita Neto, reconhecem que houve progresso.

O grupo de entidades que discutiu Justiça e Segurança Pública criticou a atitude do governo que retirou do Congresso Nacional o projeto de lei que trata da proteção de testemunhas e vítimas de crimes. As entidades também cobraram do governo a não implantação dos meios efetivos de controle externo das atividades policiais previstos no Programa Nacional de Direitos Humanos.



Alan Marques

O primeiro ano de criação do Plano Nacional de Direitos Humanos foi lembrado ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso